

# Açu Petróleo S.A.

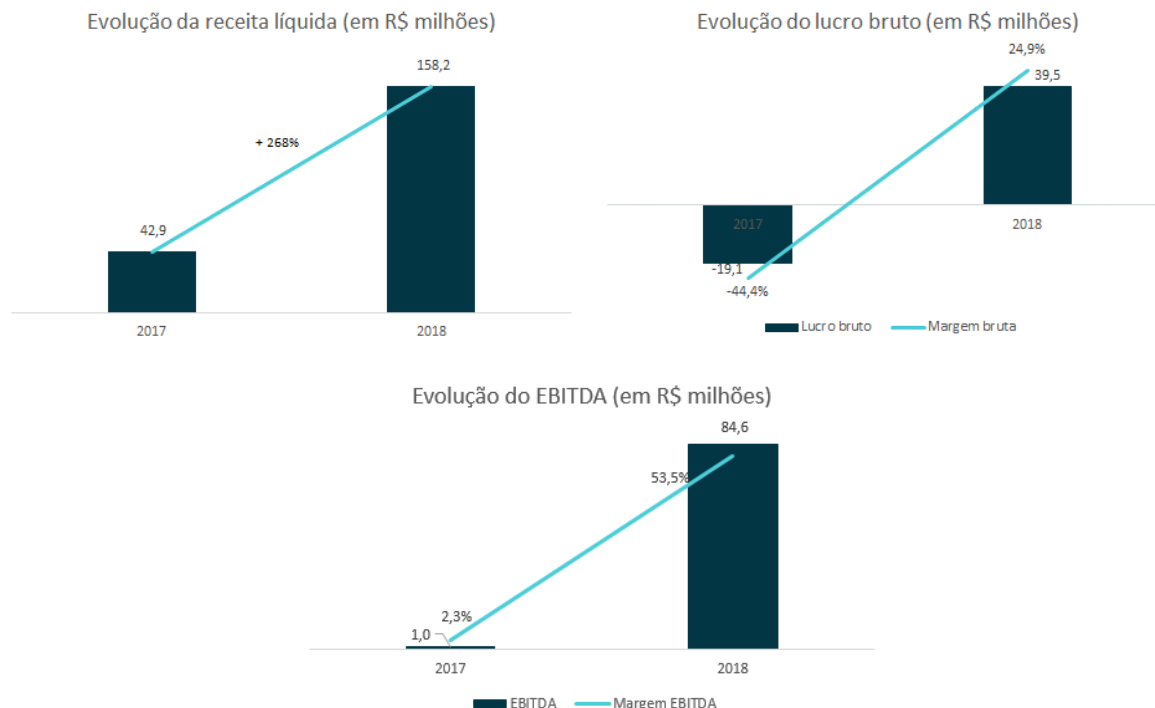
**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas das demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

## Relatório da Administração

### Destaques financeiros



### Visão geral

Somos uma parceria entre o grupo brasileiro de infraestrutura e logística, a Prumo, e a operadora de terminais de classe mundial, a Oiltanking, dedicada a fornecer serviços de infraestrutura e logística no Brasil para o setor de petróleo e gás, de maneira segura, eficiente e sustentável. Possuímos e operamos o maior terminal privado de petróleo do Brasil, de acordo com o Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis de 2019 publicado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP em agosto de 2019, tendo uma infraestrutura incomparável para oferecer serviços de logística seguros e eficientes para empresas de petróleo nacionais e internacionais e produtores independentes de petróleo.

Nossas operações consistem na operação do Terminal Petrolífero, fornecendo serviços de transbordo de petróleo bruto. O Terminal Petrolífero está em operação desde 2016 e possui capacidade licenciada para 1,2 milhão de barris de petróleo por dia e capacidade física de até 1,6 milhão de barris de petróleo por dia. Operado por uma equipe experiente e em conformidade com o meio ambiente, é o único terminal de petróleo privado no Brasil com acesso em águas profundas de 25 metros e três berços de última geração que permitem a operação de navios da classe VLCC (*Very Large Crude Carrier*) para transbordo. Além disso, o Terminal Petrolífero foi projetado para realizar transbordos de petróleo seguros, eficientes e confiáveis, que são menos vulneráveis a riscos ambientais e operacionais em comparação com as operações *offshore* de navio para navio.

O Terminal Petrolífero está localizado no Complexo Portuário do Açú, o maior complexo portuário industrial do Brasil, estrategicamente próximo das bacias de Campos e Santos, as maiores bacias petrolíferas do país. Nossa localização privilegiada nos oferece a vantagem de oferecer serviços de logística de exportação para empresas nacionais e internacionais de petróleo e produtores independentes de petróleo no Brasil, além de uma futura alternativa à entrada de petróleo bruto para refinarias em terra no Brasil. Nossa infra-estrutura de ponta e localização estratégica nos permitem beneficiar do aumento esperado na produção *offshore* brasileira de petróleo e gás, especialmente nos campos de petróleo do pré-sal, e uma maior demanda por serviços de logística de exportação.

O Terminal Petrolífero conta com uma frota de rebocadores dedicada, um canal de aproximação, uma base de emergência e um terminal aduaneiro. Nosso berço tem uma profundidade de 25 metros, permitindo embarcações do tipo VLCC com capacidade de 2.000.000 barris de petróleo bruto e também Suezmax de 1.000.000 barris para fazer uso das instalações do Terminal.

Temos uma base de clientes crescente com a qual celebramos contratos para prestar serviços de “double banking transshipment”, incluindo Petrobras, Shell, Petrogal, Equinor, Total e Repsol. O Terminal Petrolífero tem significativa capacidade de transbordo disponível para atender a uma demanda crescente e uma expansão em larga escala da capacidade de armazenamento de petróleo. Além disso, temos capacidade total construída para 1,6 milhão de barris de petróleo por dia, expansível para até 2,0 milhões de barris de petróleo por dia, aumentando a largura do canal de acesso no terminal de petróleo para permitir a navegação em dois sentidos. Planejamos desenvolver nossa capacidade de armazenamento de até 11 milhões de barris em uma grande área industrial privada e licenciada, fornecendo uma infraestrutura essencial na cadeia de suprimentos para produtores de petróleo e refinarias nacionais, ideal para integração estratégica de longo prazo. Temos um projeto para uma conexão de 45 km com a rede nacional de oleodutos em desenvolvimento.

Nossas receitas são geradas principalmente por serviços de transbordo com base em preços determinados que realizamos sob contratos plurianuais ou operações spot com clientes que são grandes empresas nacionais e internacionais de petróleo, e produtores independentes de petróleo. A maioria dos contratos contém acordos baseados em disponibilidade e *take or pay* para um número mínimo de operações de transbordo de petróleo por ano. A disponibilidade estabelecida nos contratos prevê que disponibilizaremos a infraestrutura offshore apropriada do Terminal de Petróleo para os serviços de transbordo de petróleo nos termos do contrato, de forma não exclusiva. O mecanismo *take-or-pay* prevê um número mínimo de operações de transbordo de petróleo por ano, o que garante o recebimento de um número mínimo de taxas de transbordo de petróleo durante o prazo contratual, independentemente da ocorrência real das operações relevantes. Acreditamos que esses contratos nos garantirão um fluxo constante de receita, uma vez que o acordo com base na disponibilidade e *take-or-pay* não estão sujeitos a alterações nos preços das *commodities* ou no volume real de petróleo transbordado. Não assumimos a propriedade de nenhum dos produtos que manipulamos em nome de nossos clientes e, como resultado, não estamos diretamente expostos a mudanças nos preços das *commodities*.

#### Resultados financeiros e dados operacionais

Resultados (em R\$ milhões)	2018	2017	Variação
Receita líquida	158,2	42,9	268,8%
Lucro bruto	39,5	(19,1)	306,8%
Margem bruta	24,9%	-44,4%	69,3 p.p.
Despesas e receitas operacionais	21,0	12,3	70,7%
Despesas e receitas operacionais / receita líquida	13,2%	28,7%	-15,5 p.p.
EBITDA	84,6	1,0	8.360,0%
Margem EBITDA	53,5%	2,3%	50,9 p.p.

Dados operacionais	2018	2017	Variação
Operações faturadas	72	22	227,3%
Operações realizadas	39	14	178,6%

## Receita líquida

A receita líquida de serviços aumentou R\$ 115,3 milhões, ou 268,8%, de R\$ 42,9 milhões em 2017 para R\$ 158,2 milhões em 2018, como resultado de um aumento no número total de operações faturadas de 22 em 2017 para 72 em 2018. O maior volume de operações foi impulsionado por 2018 ter sido o primeiro exercício completo de nossos contratos com os clientes Shell e Petrogal.

## Lucro bruto

O lucro bruto aumentou R\$ 58,6 milhões, ou 306,8%, de um prejuízo bruto de R\$ 19,1 milhões em 2017 para um lucro bruto de R\$ 39,5 milhões em 2018, principalmente como resultado das receitas adicionais decorrentes do aumento do número de operações.

## Despesas e receitas operacionais

As despesas operacionais são compostas por (i) despesas gerais e administrativas e (ii) outras receitas (despesas) operacionais. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 8,7 milhões, ou 70,7%, de R\$ 12,3 milhões em 2017 para R\$ 21,0 milhões em 2018, principalmente por aumentos de 12% nos salários e encargos sociais e aumento nos serviços de terceiros para suportar o incremento das operações da Companhia.

## EBITDA

EBITDA (em R\$ milhões)	2018	2017
Lucro líquido	(82,0)	(23,8)
(+) Imposto de renda e contribuição social	62,7	(1,9)
(+) Resultado financeiro	37,7	(5,7)
(+) Depreciação e amortização	66,2	32,4
(=) EBITDA	84,6	1,0
Margem EBITDA	53,5%	2,3%

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA e a margem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA e a margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados pela Companhia para proporcionar informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. A Margem EBITDA representa o EBITDA do período dividida pela receita líquida.

O EBITDA aumentou R\$ 83,6 milhões, ou 8.360,0%, de R\$ 1,0 milhão em 2017 para R\$ 84,6 milhões em 2018, como resultado de um crescimento do lucro bruto de R\$ 58,5 milhões, o qual já foi impactado pelo aumento de R\$ 33,8 milhões na depreciação. Como percentual da receita líquida de serviços, o EBITDA representou 53,5% em 2018, comparado a 2,3% em 2017.

## Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com o conteúdo das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre estas demonstrações financeiras.

## **Relacionamento com os auditores independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar seus auditores independentes, a KPMG Auditores Independentes, no sentido e assegurar-se de que a prestação de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessários ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação desses serviços as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

## **Agradecimentos**

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

## **A Administração**

### **Disclaimer**

Esse documento foi preparado pela Açú Petróleo S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Açú Petróleo S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Companhia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas da Açú Petróleo S.A.

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Açú Petróleo S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Açú Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas 3(j) e 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui na rubrica de receita líquida, o montante de R\$ 158.236 mil, decorrentes da prestação de serviços	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:  Efetuamos análise dos contratos de serviços de

<p>de transbordo de carga líquida de petróleo.</p> <p>A Companhia detém contratos que possuem cláusulas de take-or-pay, que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima independentemente de sua realização física, caso o cliente da Companhia não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. Estes contratos possuem datas de início e fim que por vezes não coincidem com a data das demonstrações financeiras da Companhia e possuem variação do número mínimo de operações estabelecidas para cada contrato.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza desses contratos e ao risco de reconhecimento da receita no período inadequado, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>transbordo, onde inspecionamos o objeto dos contratos, cláusulas de termo de duração, cláusulas de preços e ajustes, cláusulas de take or pay, quando aplicável, cláusulas de faturamento e cláusulas de penalidade.</p> <p>Obtivemos 100% das notas fiscais geradas e as documentações suporte relacionadas à prestação de serviço observando se estão em nome da Companhia, confrontando o valor com o saldo registrado na contabilidade e avaliando se foram reconhecidas no período adequado.</p> <p>Inspecionamos saldo em extrato bancário para as receitas reconhecidas no período já recebidas.</p> <p>Cruzamos o número total de operações ocorridas no período com o número de operações acordadas em contrato.</p> <p>Adicionalmente, obtivemos as notas fiscais emitidas no período de 01/01/2019 a 31/01/2019 e inspecionamos a respectiva documentação suporte relacionada à prestação de serviço com o objetivo de avaliar se foram reconhecidas no período adequado.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de contrato com cliente, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.</p>
---	---

#### Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 3 de abril de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Açu Petróleo S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentados. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.b, estas demonstrações financeiras foram modificadas e estão sendo reapresentadas para refletir as alterações no cálculo da depreciação de máquinas e equipamentos, como descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme

aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP – 014428/O-6 F -RJ



Luis Claudio França de Araujo

Contador CRC RJ – 091559/0-4

# Açu Petróleo S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado 31/12/2018	Reapresentado 31/12/2017
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.218	14.083
Títulos e valores mobiliários		-	896
Clientes	6	34.539	4.155
Contas a receber com partes relacionadas	9	15.118	17.543
Impostos a recuperar	7	36.696	10.947
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	3.259	5.372
Despesas antecipadas	10	1.251	735
Outros ativos circulantes		97	27
		<u>144.178</u>	<u>53.758</u>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos vinculados	5	43.211	23.192
Impostos diferidos	8	-	49.947
Outros ativos não circulantes		143	143
Imobilizado	11	1.403.357	1.290.171
Intangível	12	51.237	45.489
		<u>1.497.948</u>	<u>1.408.942</u>
<b>Total de ativos</b>		<b><u>1.642.126</u></b>	<b><u>1.462.700</u></b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	5.767	18.958
Empréstimos e financiamentos	14	31.736	15.792
Salários e encargos recolher		3.639	1.437
Contas a pagar com partes relacionadas	9	10.041	15.461
Impostos e contribuições a recolher	15	1.432	570
Outros passivos circulantes		176	176
		<u>52.791</u>	<u>52.394</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	367.434	215.366
Impostos diferidos	8	11.071	-
		<u>378.505</u>	<u>215.366</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>431.296</u></b>	<b><u>267.760</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16	249.262	349.262
Reserva de capital		929.451	929.451
Reserva de lucros		4.153	80.774
Ajuste acumulado de conversão		27.964	(164.547)
		<u>1.210.830</u>	<u>1.194.940</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.210.830</u></b>	<b><u>1.194.940</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>1.642.126</u></b>	<b><u>1.462.700</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Açu Petróleo S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
Receita líquida de serviços	17	158.236	42.931
Custo dos serviços prestados	18	<u>(118.761)</u>	<u>(61.996)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b><u>39.475</u></b>	<b><u>(19.065)</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	19	(20.914)	(12.318)
Perdas de crédito esperadas		(33)	-
Outras despesas operacionais		<u>(9)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b><u>18.519</u></b>	<b><u>(31.383)</u></b>
Receitas financeiras	20	5.641	14.767
Despesas financeiras	20	<u>(43.385)</u>	<u>(9.097)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<b><u>(37.744)</u></b>	<b><u>5.670</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>(19.225)</u></b>	<b><u>(25.713)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>(62.748)</u>	<u>1.932</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b><u>(81.973)</u></b>	<b><u>(23.781)</u></b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	21	(0,3070)	(0,0891)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Açu Petróleo S.A.**

## **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>
Prejuízo do exercício	(81.973)	(23.781)
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>		
Ajuste acumulado de conversão	<u>192.511</u>	<u>19.204</u>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u>110.538</u></b>	<b><u>(4.577)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Açu Petróleo S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>349.262</b>	<b>929.451</b>	<b>106.592</b>	-	<b>(183.751)</b>	<b>1.201.554</b>
Prejuízo do exercício (Reapresentado)	-	-	-	(23.781)	-	(23.781)
Absorção do prejuízo com reservas (Nota 17)	-	-	(25.818)	23.781	2.037	-
Ajuste acumulado de conversão (Reapresentado)	-	-	-	-	17.167	17.167
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)</b>	<b>349.262</b>	<b>929.451</b>	<b>80.774</b>	-	<b>(164.547)</b>	<b>1.194.940</b>
Redução de capital (Nota 17)	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)
Prejuízo do exercício (Reapresentado)	-	-	-	(81.973)	-	(81.973)
Absorção do prejuízo com reservas (Nota 17)	-	-	(76.621)	81.973	(5.352)	-
Ajuste acumulado de conversão (Reapresentado)	-	-	-	-	197.863	197.863
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)</b>	<b>249.262</b>	<b>929.451</b>	<b>4.153</b>	-	<b>27.964</b>	<b>1.210.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Açu Petróleo S.A.

## Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes dos impostos	(19.225)	(25.713)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	66.218	32.416
Provisão para juros sobre empréstimos	19.496	-
Perda de crédito esperada	33	-
Amortização do custo de transação	1.861	1.002
Variação cambial sobre empréstimos	(6.610)	-
Variação cambial	20.949	27.328
	<b>82.722</b>	<b>35.033</b>
<b>(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>		
Impostos a recuperar	13.008	(2.162)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.535	2.020
Clientes	(28.130)	(1.488)
Contas a receber com partes relacionadas	18.472	(10.277)
Despesas antecipadas	(368)	5.816
Valores a receber de terceiros	123	2.382
Outras contas a receber	(60)	(26)
Fornecedores	(15.510)	(915)
Contas a pagar com partes relacionadas	(7.613)	(22.578)
Impostos e contribuições a recolher	682	(958)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	558	(5.673)
Salários e encargos a recolher	1.742	1.348
Outros passivos circulantes	(28)	169
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(417)	-
	<b>67.716</b>	<b>2.691</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
	<b>67.716</b>	<b>2.691</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(8.145)	(344.902)
Aquisição de intangíveis	-	(308)
Investimento em fundo cambial	-	(865)
	<b>(8.145)</b>	<b>(346.075)</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		
	<b>(8.145)</b>	<b>(346.075)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Custos de transação com terceiros	(609)	(35.941)
Depósitos vinculados	(15.139)	(22.383)
Pagamento de juros de empréstimos	(21.312)	-
Pagamento principal de empréstimos	(17.936)	(6.567)
Redução de capital	(100.000)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	130.511	255.400
	<b>(24.485)</b>	<b>190.509</b>
<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		
	<b>(24.485)</b>	<b>190.509</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>35.086</b>	<b>(152.875)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.083	167.306
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.218	14.083
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(3.153)	348
	<b>35.086</b>	<b>(152.875)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Açu Petróleo S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reapresentado 2018	Reapresentado 2017
<b>Receitas</b>		
Receita de serviços	178.294	48.351
Perda de crédito esperada	(33)	-
	<u>178.261</u>	<u>48.351</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(54.344)	(29.568)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.046)	(3.021)
	<u>(61.390)</u>	<u>(32.589)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>116.871</u>	<u>15.762</u>
<b>Depreciação e amortização</b>	<u>(66.218)</u>	<u>(32.416)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>50.653</u>	<u>(16.654)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	5.641	14.767
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>56.294</b>	<b>(1.887)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>	<b>56.294</b>	<b>(1.887)</b>
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	8.158	7.410
Benefícios	998	403
FGTS	255	101
	<u>9.411</u>	<u>7.914</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	86.151	5.281
Municipais	3.650	1.004
	<u>89.801</u>	<u>6.285</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	38.439	7.364
Aluguéis	377	169
Outras	239	162
	<u>39.055</u>	<u>7.695</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Prejuízo do exercício	(81.973)	(23.781)
	<u>(81.973)</u>	<u>(23.781)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Açú Petróleo S.A. (“Açu Petróleo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller - 116, no Edifício Rio Sul Center, no bairro de Botafogo, tem como objeto social a prestação de serviços de “*double-banking transshipment*”, ou transbordo a contrabordo, que ocorre quando os navios estão atracados em píer, com serviço de logística de transporte de carga líquida. A Açú Petróleo S.A. tem como controladora a Prumo Logística S.A, que possui o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário.

O terminal da Açú Petróleo possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km\*, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, com capacidade para receber até navios exportadores tipo VLCC (Very Large Crude Carrier) e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O referido terminal (“T-Oil”), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris\* de óleo por dia.

As obras de dragagem foram concluídas no final do ano de 2017, desta forma, a profundidade do canal de acesso e dos berços norte e central do T-Oil aumentaram. A largura do canal também aumentou, permitindo assim a operação de navios tipo VLCC. A primeira operação com um navio tipo VLCC, com 2 milhões de barris\* de capacidade, foi realizada em maio de 2018.

A Marinha do Brasil homologou esta nova profundidade em março de 2018 e a primeira operação com um navio tipo VLCC, com 2 milhões\* de barris de capacidade, foi realizada em maio de 2018, através do cliente Petrogal Brasil S.A.

#### Destaques do exercício de 2018

No primeiro trimestre de 2018, a Petrogal Brasil S.A realizou as duas operações restantes para a conclusão do primeiro contrato de três operações assinado em 2017. Desta forma, o segundo contrato com três anos de duração e previsão de 60 operações se tornou efetivo em abril de 2018. Em 2018, a Petrogal realizou 22 operações, sendo 2 do primeiro contrato e 20 do segundo contrato.

A Petrogal Brasil S.A já carregou 8 navios tipo VLCC nas suas operações de transbordo no Terminal da Açú Petróleo. Todas as operações da Petrogal após a homologação do terminal para navios tipo VLCC foram realizadas com este tipo de navio.

---

\* Informação não auditada

## **2 Base de preparação e apresentação da demonstrações financeiras**

### **a. Declaração de conformidade**

Essas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em 31 de agosto de 2020. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas nas Notas 3.i e 3.g, respectivamente.

### **b. Reapresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 3 de abril de 2019, estão sendo reapresentadas para refletir requerimentos de divulgações obrigatórios apenas para companhias abertas, como a apresentação da demonstração do valor adicionado, o cálculo do resultado por ação, a apresentação de análise de sensibilidade de instrumentos financeiros e complementos em outras notas explicativas. Adicionalmente, a Companhia identificou que o cálculo da depreciação de máquinas e equipamentos foi calculada a maior desde março de 2017 para fins contábeis e, desta forma, a depreciação acumulada e a despesa de depreciação assim como os correspondentes imposto de renda e contribuição social diferidos, estão sendo reapresentados, como correção de erro imaterial, pelos valores corrigidos nos períodos apresentados conforme abaixo:

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

Balancos patrimoniais

<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo circulante</b>	144.178	-	144.178
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	1.379.961	23.396	1.403.357
Outros ativos não circulantes	94.591	-	94.591
	1.474.552	23.396	1.497.948
<b>Total de ativos</b>	<b>1.618.730</b>	<b>23.396</b>	<b>1.642.126</b>
<b>Passivo circulante</b>	52.791	-	52.791
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	367.434	-	367.434
Impostos diferidos	3.116	7.955	11.071
	370.550	7.955	378.505
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social e reservas	1.169.137	13.729	1.182.866
Ajuste acumulado de conversão	26.252	1.712	27.964
Total do patrimônio líquido	1.195.389	15.441	1.210.830
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.618.730</b>	<b>23.396</b>	<b>1.642.126</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo circulante</b>	53.758	-	53.758
<b>Ativo não circulante</b>			
Impostos diferidos	53.034	(3.087)	49.947
Imobilizado	1.281.092	9.079	1.290.171
Outros ativos não circulantes	68.824	-	68.824
	1.402.950	5.992	1.408.942
<b>Total de ativos</b>	<b>1.456.708</b>	<b>5.992</b>	<b>1.462.700</b>
<b>Passivo circulante</b>	52.394	-	52.394
<b>Passivo não circulante</b>	215.366	-	215.366
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social e reservas	1.353.704	5.783	1.359.487
Ajuste acumulado de conversão	(164.756)	209	(164.547)
Total do patrimônio líquido	1.188.948	5.992	1.194.940
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.456.708</b>	<b>5.992</b>	<b>1.462.700</b>

Devido a reapresentação não impactar o balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, a Companhia não está apresentando o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017.

Demonstrações dos resultados

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
Receita líquida de serviços	158.236	-	158.236
Custo dos serviços prestados	(130.801)	12.040	(118.761)
<b>Lucro bruto</b>	<b>27.435</b>	<b>12.040</b>	<b>39.475</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(20.956)</b>	<b>-</b>	<b>(20.956)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	<b>6.479</b>	<b>12.040</b>	<b>18.519</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(37.744)</b>	<b>-</b>	<b>(37.744)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(31.265)</b>	<b>12.040</b>	<b>(19.225)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(58.654)	(4.094)	(62.748)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(89.919)</b>	<b>7.946</b>	<b>(81.973)</b>
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,3367)	0,0297	(0,3070)
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
Receita líquida de serviços	42.931	-	42.931
Custo dos serviços prestados	(70.758)	8.762	(61.996)
<b>Lucro bruto</b>	<b>(27.827)</b>	<b>8.762</b>	<b>19.065</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(12.318)</b>	<b>-</b>	<b>(12.318)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos</b>	<b>(40.145)</b>	<b>8.762</b>	<b>(31.383)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5.670</b>	<b>-</b>	<b>5.670</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(34.475)</b>	<b>8.762</b>	<b>(25.713)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.911	(2.979)	1.932
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(29.564)</b>	<b>5.783</b>	<b>(23.781)</b>
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,1107)	0,0216	(0,0891)

Demonstrações do resultado abrangente

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
Prejuízo do exercício	(89.919)	7.946	(81.973)
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Ajuste acumulado de conversão	191.008	1.503	192.511
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>101.089</b>	<b>9.449</b>	<b>110.538</b>
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
Prejuízo do exercício	(29.564)	5.783	(27.781)
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Ajuste acumulado de conversão	16.958	2.246	19.204
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(12.606)</b>	<b>8.029</b>	<b>(4.577)</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa

<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes dos impostos	(31.265)	12.040	(19.225)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>			
Depreciação e amortização	78.258	(12.040)	66.218
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes dos impostos	(34.475)	8.762	(25.713)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>			
Depreciação e amortização	41.178	(8.762)	32.416

Esta reapresentação não impactou os valores totais das atividades operacionais, de investimento e de financiamento das demonstrações dos fluxos de caixa.

**c. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos e valores mobiliários, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**d. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete os negócios e operações da Companhia. A Administração concluiu que o dólar americano (“US\$”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se nos indicadores primários e secundários previstos no CPC 02 (R2) / IAS 21, norma contábil que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são apresentadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período;
- Contas do resultado e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação

Os ajustes resultantes da conversão acima têm sua contrapartida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “ajustes acumulados de conversão”.

Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa na moeda funcional (dólar americano), e convertidos para moeda de apresentação (Real) são demonstrados a seguir:

## Balancos patrimoniais

	<b>Reapresentado</b>		<b>Reapresentado</b>	
	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
<b>Ativo</b>	<b>US\$</b>	<b>R\$</b>	<b>US\$</b>	<b>R\$</b>
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	13.734	53.218	4.400	14.083
Títulos e valores mobiliários	-	-	271	896
Clientes	8.914	34.539	1.256	4.155
Contas a receber com partes relacionadas	3.902	15.118	5.303	17.543
Impostos a recuperar	9.471	36.696	3.309	10.947
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	841	3.259	1.624	5.372
Despesas antecipadas	323	1.251	222	735
Outros ativos circulantes	23	97	9	27
	<u>37.208</u>	<u>144.178</u>	<u>16.394</u>	<u>53.758</u>
<b>Não circulante</b>				
Depósitos vinculados	11.152	43.211	6.868	23.192
Impostos diferidos	-	-	15.099	49.947
Outros ativos não circulantes	38	143	43	143
Imobilizado	362.174	1.403.357	390.015	1.290.171
Intangível	13.223	51.237	13.751	45.489
	<u>386.587</u>	<u>1.497.948</u>	<u>425.776</u>	<u>1.408.942</u>
<b>Total de ativos</b>	<b><u>423.795</u></b>	<b><u>1.642.126</u></b>	<b><u>442.170</u></b>	<b><u>1.462.700</u></b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1.488	5.767	5.731	18.958
Empréstimos e financiamentos	8.190	31.736	4.774	15.792
Contas a pagar com partes relacionadas	2.591	10.041	4.674	15.461
Salários e encargos recolher	939	3.639	435	1.437
Impostos e contribuições a recolher	370	1.432	172	570
Outros passivos circulantes	45	176	53	176
	<u>13.623</u>	<u>52.791</u>	<u>15.839</u>	<u>52.394</u>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	94.827	367.434	65.104	215.366
Impostos diferidos	2.857	11.071	-	-
	<u>97.684</u>	<u>378.505</u>	<u>65.104</u>	<u>215.366</u>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	65.597	249.262	91.913	349.262
Reserva de capital	245.526	929.451	245.526	929.451
Reserva de lucros	1.365	4.153	23.788	80.774
Ajuste acumulado de conversão	-	27.964	-	(164.547)
Total do patrimônio líquido	<u>312.488</u>	<u>1.210.830</u>	<u>361.227</u>	<u>1.194.940</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>423.795</u></b>	<b><u>1.642.126</u></b>	<b><u>442.170</u></b>	<b><u>1.462.700</u></b>

**Demonstrações dos resultados**

	<b>Reapresentado</b>		<b>Reapresentado</b>	
	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>US\$</b>	<b>R\$</b>	<b>US\$</b>	<b>R\$</b>
Receita líquida de serviços	43.284	158.236	13.447	42.931
Custo dos serviços prestados	(32.486)	(118.761)	(19.420)	(61.996)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>10.798</b>	<b>39.475</b>	<b>(5.973)</b>	<b>(19.065)</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	(5.721)	(20.914)	(3.858)	(12.318)
Perdas de crédito esperadas	(9)	(33)	-	-
Outras receitas/despesas operacionais	(3)	(9)	-	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>5.065</b>	<b>18.519</b>	<b>(9.831)</b>	<b>(31.383)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	1.756	5.641	4.626	14.767
Despesas financeiras	(12.080)	(43.385)	(2.850)	(9.097)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(5.259)</b>	<b>(19.225)</b>	<b>(8.055)</b>	<b>(25.713)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.164)	(62.748)	605	1.932
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(22.423)</b>	<b>(81.973)</b>	<b>(7.450)</b>	<b>(23.781)</b>
<b>Resultado por ação</b>				
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	(0,0840)	(0,3070)	(0,0279)	(0,0891)

## Demonstrações dos fluxos de caixa

	Reapresentado 2018		Reapresentado 2017	
	US\$	R\$	US\$	R\$
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos impostos	(5.259)	(19.225)	(8.055)	(25.713)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>				
Depreciação e amortização	18.114	66.218	10.154	32.416
Provisão de juros sobre empréstimos	5.333	19.496	-	-
Perda de crédito esperada	9	33	-	-
Amortização do custo de transação	509	1.861	314	1.002
Variação cambial sobre empréstimos	(1.808)	(6.610)	-	-
Variação monetária	5.391	20.949	8.560	27.328
	<b>22.280</b>	<b>82.722</b>	<b>10.973</b>	<b>35.033</b>
<b>(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>				
Impostos a recuperar	3.558	13.008	(677)	(2.162)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	693	2.535	633	2.020
Clientes	(7.686)	(28.097)	(466)	(1.488)
Contas a receber com partes relacionadas	5.052	18.472	(3.219)	(10.277)
Adiantamentos	(16)	(60)	(8)	(26)
Despesas antecipadas	(101)	(368)	1.822	5.816
Valores a receber de terceiros	34	123	746	2.382
Fornecedores	(4.243)	(15.510)	(287)	(915)
Contas a pagar com partes relacionadas	(2.082)	(7.613)	(7.072)	(22.578)
Impostos e contribuições a recolher	187	682	(300)	(958)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	168	558	(1.777)	(5.673)
Salários e encargos recolher	477	1.742	422	1.348
Outros passivos circulantes	(9)	(28)	53	169
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(129)	(417)	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>18.183</b>	<b>67.716</b>	<b>843</b>	<b>2.691</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Investimento em Fundo Cambial	-	-	(271)	(865)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.228)	(8.145)	(108.035)	(344.902)
Aquisição de intangíveis	-	-	(97)	(308)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.228)</b>	<b>(8.145)</b>	<b>(108.403)</b>	<b>(346.075)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Custos de transação com terceiros	(165)	(609)	(11.258)	(35.941)
Depósitos vinculados	(4.141)	(15.139)	(7.011)	(22.383)
Pagamento de juros de empréstimos	(5.830)	(21.312)	-	-
Pagamento principal de empréstimos	(4.906)	(17.936)	(2.057)	(6.567)
Redução de capital	(26.316)	(100.000)	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	35.000	130.511	80.000	255.400
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(6.358)</b>	<b>(24.485)</b>	<b>59.674</b>	<b>190.509</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.597</b>	<b>35.086</b>	<b>(47.886)</b>	<b>(152.875)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.400	14.083	51.335	167.306
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.734	53.218	4.400	14.083
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	263	(3.153)	(951)	348
	<b>9.597</b>	<b>35.086</b>	<b>(47.886)</b>	<b>(152.875)</b>

**e. Uso de estimativas e julgamento**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. A Companhia realiza revisão de suas premissas ao menos anualmente. As revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionados a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Notas 8 e 15** – reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;

**Nota 12** – definição da vida útil dos ativos intangíveis e avaliação da recuperabilidade dos mesmos;

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, referem-se principalmente à julgamentos realizados para a definição do dólar norte-americano como moeda funcional, em consonância com o CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Quando os indicadores para a determinação da moeda funcional não é um processo tão óbvio, a administração deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. Para a realização deste julgamento, a administração considera as seguintes características:

- A moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços da Companhia é o dólar norte-americano. A Companhia entende que parte substancial das transações de sua operação tem como base os preços definidos em dólar americano, ainda que sejam contratos com clientes e fornecedores domésticos, com exceção do contrato com a Petrobras, todos os demais contratos da companhia são referenciados em dólar norte americano, à exemplo dos contratos de “Take-or-Pay” mencionados na nota 24.
- A moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens ou serviços é o dólar norte-americano, considerando que a Companhia possui custos diretamente ligados a operação denominados em dólar, à exemplo das tarifas portuárias e custos com o operador portuário Oiltanking Serviços Ltda. (vide nota 10).
- Os financiamentos obtidos junto à *U.S. International Development Finance Corporation (DFC)*, agência financeira norte americana de desenvolvimento, são denominados em dólar e representam a totalidade dos empréstimos obtidos, que são recursos utilizados para financiamento da operação da Companhia.

Com base nas definições supracitadas e nas características apresentadas, a Companhia entende ser adequada a definição do dólar norte-americano como moeda funcional.

**f. Adoção de novas normas contábeis**

As mudanças nas políticas contábeis referente a adoção das normas contábeis CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros podem ser observadas nas Notas 3.j e 3.h, respectivamente.

### **3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário (veja também Notas 3.h e 3.j).

#### **Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 (nota 3.j) e o CPC 48/IFRS 9 (nota 3.h) a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados por contas bancárias, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (veja também Notas 3.f e 3.i).

**b. Títulos e valores mobiliários**

Os investimentos são realizados com instituições financeiras cujos limites de exposição são revisados e aprovados periodicamente. O risco de crédito das instituições financeiras é avaliado por meio de metodologia que considera, entre outras informações, as classificações divulgadas por agências internacionais.

**c. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, conforme mencionado na Nota 11.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas de depreciação também podem ser observadas na nota explicativa 11.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. Os terrenos não são depreciados

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### **d. Intangível**

Ativos intangíveis compreendem os direitos de acesso, conforme mencionado na Nota 12, e que têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. As taxas de amortização podem ser observadas na nota 12.

O direito de acesso refere-se ao contrato firmado com as partes relacionadas Porto do Açu e Ferroport denominado Port Access Agreement, aditado em abril de 2013. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do T1 à Companhia, seus representantes e clientes.

#### **e. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Como a operação atual da Companhia se refere à operação de um único terminal portuário, para fins da avaliação da eventual redução ao valor recuperável, os ativos imobilizados são considerados uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras são apurados na moeda funcional (dólar americano) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira local (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor do resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecido em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

##### *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se aplicável. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**g. Moeda estrangeira**

Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa da transação ou pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos utilizando a taxa de conversão na data da transação.

## **h. Instrumentos financeiros**

### **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Este pronunciamento, que entrou em vigor em 2018, substituiu o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e trouxe como principais modificações: (i) requerimento de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos de contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40/ IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018.

A Nota 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco, apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/ IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/ IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou e identificou que, para o saldo de abertura, o único impacto seria o da perda esperada de acordo com o descrito no item “Redução ao valor recuperável”.

#### **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **Classificação e mensuração subsequente**

##### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui instrumentos que se qualifiquem como mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA).

Todos os demais ativos financeiros, não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivo assumidos) é reconhecida no resultado.

## Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Redução ao valor recuperável

### Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos vinculados

As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de *Corporate Default* publicado pela S&P em 13 de abril de 2017, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de *default* de empresas em cada nível de *rating*.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em sete níveis, separados entre AAA e C de acordo com seu *rating* na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são classificadas entre AAA e A, com base na média de suas classificações nas empresas de *rating* listadas acima.

Os depósitos vinculados se referem a recursos mantidos em dólares americanos em contas no exterior, referentes à operação de financiamento descrita na Nota 14 - Empréstimos e Financiamentos. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

O impairment estimado no caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. A Companhia considera que o seu caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda(1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	96.438	0,01%	(9)
Nível 2	AA	-	0,02%	-
Nível 3	A	-	0,06%	-
Nível 4	BBB	-	0,18%	-
Nível 5	BB	-	0,72%	-
Nível 6	B	-	3,59%	-
Nível 7	CCC/C	-	26,82%	-
<b>Total</b>		<b>96.438</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 05/04/18

### Cientes

Para os contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em seis níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 01 de janeiro de 2018:

Nível de Risco	Rating <sup>1</sup>	Saldo Bruto	Taxa de perda <sup>1</sup>	Provisão de Perda
Nível 1	A Vencer	4.155	0,1%	(3)
Nível 2	Vencido até 30 dias	-	0,6%	-
Nível 3	Vencido de 31-90 dias	-	5,3%	-
Nível 4	Vencido de 91-180 dias	-	18,6%	-
Nível 5	Vencido de 181-360 dias	-	86,8%	-
Nível 6	Vencido há mais de 360 dias	-	100,0%	-
<b>Total</b>		<b>4.155</b>		<b>(3)</b>

<sup>1</sup>Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

O contas a receber de clientes e outros recebíveis são classificados agora como custo amortizado, desse modo, foi constituída uma provisão no montante de R\$ 3 em 01 de janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de provisão constituída foi de R\$ 33, conforme nota explicativa 6 referente a estes recebíveis. O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48/IFRS 9, tais perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 48/IAS 39.

A aplicação da provisão estimada de perda levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução do valor recuperável. Os investimentos em títulos de dívidas apresentam baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, então a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo aumentou de forma sensível desde o reconhecimento inicial.

#### **i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas a cada data de reporte.

#### **j. Receita de transbordo de petróleo**

As receitas provenientes de serviços de transbordo de petróleo são reconhecidas pelo regime de competência.

##### **CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente**

A IFRS 15 trouxe uma estrutura abrangente para determinar “se” e “quando” uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substituiu as normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A / IFRIC 13 Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os seus contratos com clientes e verificou as obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo “obrigação de performance”, no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente.

As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking transshipment*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realiza-las dentro do prazo estabelecido.

Para estes casos, a Companhia reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking transshipment*, as obrigações de *performance* são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de *performance*, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada.

Adicionalmente, em atendimento ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, a Companhia divulga, separadamente, os valores referentes às perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) sobre quaisquer recebíveis ou ativos de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, para os quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos. A Companhia avaliou e identificou que não houveram impactos no saldo de abertura referente as novas disposições da norma CPC 47/ IFRS 15.

**k. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos.

**l. Informações por segmento**

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, transbordo de petróleo, que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Açu.

**m. Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras anuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**n. Novas normas e interpretações não efetivas em 2018**

Uma série de novas normas já emitidas possuem datas de adoção efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois a adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### CPC 06 (R2)/IFRS 16 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Expedientes práticos estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Substitui as normas de arrendamento, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (equivalente aos IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, com aplicação prospectiva ou retrospectiva.

Essa norma não gerou impactos quando da sua adoção pela Companhia, devido a utilização dos expedientes práticos da norma, em especial quanto a aplicação do expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

#### ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não sendo provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto adotado, tal incerteza deve ser refletida na contabilização do tributo sobre o lucro no período.

Esta interpretação entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, com aplicação prospectiva ou retrospectiva.

A Administração não identificou impactos na Companhia referente a adoção do ICPC 22/IFRIC 23.

#### Alteração ao CPC 26 / IAS 1 e CPC 23 /IAS 8

Altera a definição de “material” de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis.

Esta alteração entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2020, com aplicação prospectiva.

Essa alteração de normas não gerou impactos quando da sua adoção pela Companhia.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e depósitos bancários	766	549
Fundos de investimento em renda fixa	52.457	13.534
(-) Perdas de crédito esperadas	<u>(5)</u>	<u>-</u>
	<b><u>53.218</u></b>	<b><u>14.083</u></b>

O montante de caixa e equivalentes de caixa inclui saldos mantidos em contas correntes, *onshore*, no banco Citibank. Além desses saldos, a Companhia possui recursos aplicados em um Fundo de Investimento em Renda Fixa, junto ao Citibank, que possui liquidez diária, e as cotas estão prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um mínimo risco de mudança de valor. A variação referente ao Fundo de Investimento em renda fixa tem origem na captação de recursos através de empréstimo obtido, conforme Nota 14.

#### 5 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados da Companhia, no montante de R\$43.211 (R\$23.192 em 31 de dezembro de 2017), referem-se a recursos mantidos em dólares americanos em contas *offshore*. Os empréstimos e financiamentos adquiridos com a “US International Development Finance Corporation (DFC)”, de acordo com as condições descritas na nota 14 - item (c), têm como garantia depósitos vinculados, sendo um requisito de reserva relacionada à dívida e reserva da tarifa portuária. Os saldos desses depósitos, em 31 de dezembro de 2018, podem ser vistos abaixo:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Depósitos vinculados	43.215	23.192
(-) Perdas de crédito esperadas	<u>(4)</u>	<u>-</u>
	<b><u>43.211</u></b>	<b><u>23.192</u></b>

#### 6 Clientes

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contas a receber - Serviço de <i>double banking</i>	34.572	4.155
(-) Perda de crédito esperadas	<u>(33)</u>	<u>-</u>
	<b><u>34.539</u></b>	<b><u>4.155</u></b>

As informações sobre a concentração de receita estão demonstradas no item Risco de Crédito na Nota 23.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em seis níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2018:

Nível de Risco	Rating <sup>(1)</sup>	2018		
		Saldo Bruto	Taxa de perda <sup>(1)</sup>	Provisão de Perda
Nível 1	A vencer	34.572	0,1%	(33)
Nível 2	Vencido até 30 dias	-	0,6%	-
Nível 3	Vencido de 31 a 90 dias	-	5,3%	-
Nível 4	Vencido de 91 a 180 dias	-	18,6%	-
Nível 5	Vencido de 181 a 360 dias	-	86,8%	-
Nível 6	Vencido há mais de 360 dias	-	100,0%	-
<b>Total</b>		<b>34.572</b>		<b>(33)</b>

(1) Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

### Movimentação de perda de crédito esperadas

	2018
Saldo inicial	-
Adições	(33)
<b>Saldo final</b>	<b>(33)</b>

## 7 Impostos a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	3.259	5.372
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	7.467	4.691
Crédito não cumulativo ("PIS")	5.145	655
Crédito não cumulativo ("COFINS")	23.584	2.967
Imposto de circulação de mercadorias ("ICMS")	35	36
Outros	465	2.598
	<b>39.955</b>	<b>16.319</b>

## 8 Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos diferidos totalizaram saldos passivos de R\$ 11.071 (impostos diferidos ativos de R\$ 49.947 em 31 de dezembro de 2017).

	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Prejuízos fiscais	18.701	8.253
Base negativa de contribuição social	6.732	2.971
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos resultados	251	131
Perdas de créditos esperadas	15	-
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários (a)	-	38.592
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>25.699</b>	<b>49.947</b>
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários (a)	(36.770)	-
<b>Total dos passivos fiscais diferidos</b>	<b>(36.770)</b>	<b>-</b>
<b>Total dos impostos (passivos) ativos diferidos, líquidos (b)</b>	<b>(11.071)</b>	<b>49.947</b>

- (a) De acordo com o CPC 32/IAS 12, diferenças temporárias surgem quando as alterações nas taxas de câmbio causam alterações na base fiscal e não na base contábil. Esta situação geralmente ocorre quando uma entidade tem uma moeda funcional diferente da moeda do país em que está domiciliada. Conforme descrito na Nota 2.d, a moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda corrente da localidade onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o real.
- (b) A movimentação dos ativos e passivos diferidos impactaram o resultado.
- (c) Além do efeito no resultado de 62.748, a variação dos ativos e passivos diferidos sofrem efeito da variação da taxa de câmbio, que são registrados no ajuste acumulado de conversão.

### Expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários da Companhia é apresentada a seguir:

2020	10.577
2021	15.122
	<hr/>
Diferenças temporárias e prejuízos fiscais reconhecidos	25.699
Diferenças temporárias passivas	(36.770)
	<hr/>
<b>Impostos diferidos passivos registrados</b>	<b>(11.071)</b>
	<hr/> <hr/>

## 9 Partes relacionadas

A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho de Administração e dos sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho de Administração ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia, como segue:

**Valores a receber**

<b>Contas a receber com partes relacionadas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Porto do Açu Operações S.A (a)	971	17.543
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (b)	14.147	-
	<b>15.118</b>	<b>17.543</b>

- (a) Entidade controlada pelo mesmo acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a uma parcela do serviço de transbordo a receber da empresa Porto do Açu.
- (b) Entidade controlada em conjunto do acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a devolução de um pagamento feito a maior, referente ao item quebra-mar do ativo imobilizado.

**Valores a pagar**

<b>Contas a pagar com partes relacionadas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Oiltanking Açu Serviços Ltda (a)	4.997	7.137
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (b)	2.387	412
Porto do Açu Operações S.A. (c)	2.106	6.060
Prumo Logística S.A. (d)	551	1.852
	<b>10.041</b>	<b>15.461</b>

- (a) Controlada do acionista minoritário da Companhia - o montante refere-se a gastos com operação e manutenção do terminal.
- (b) Entidade controlada em conjunto do acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a despesas com segurança Patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional).
- (c) Entidade controlada pelo mesmo acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a custos de serviços compartilhados.
- (d) Acionista controlador - o montante refere-se a custos de serviços compartilhados.

**Efeito no resultado**

	<b>Receitas</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Porto do Açu Operações S.A (a)	46.849	48.350
<b>Despesas e Custos</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Serviço de transbordo</b>		
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A.(b)	17.278	1.277
Oiltanking Serviços Ltda. (c)	18.943	14.890
Prumo Logística S.A. / Porto do Açu Operações S.A. (d)	1.924	2.490
	<b>38.145</b>	<b>18.657</b>

- (a) O montante refere-se a uma parcela do serviço de transbordo a receber da empresa Porto do Açu.
- (b) O montante refere-se a despesas com segurança Patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional).
- (c) O montante refere-se a gastos com operação e manutenção do terminal.
- (d) O montante refere-se a custos de serviços compartilhados.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Diretores</b>		
Pró-labore/Salários	2.393	1.262
Bônus	1.757	1.776
Benefícios e encargos	398	158
	<b>4.548</b>	<b>3.196</b>

**Contrato de Alocação de Ativos**

O Contrato de Alocação de Ativos, originalmente datado de 15 de julho de 2011, aditado e atualizado periodicamente pela Anglo Brasil, pela Açu Petróleo e pelo Operador Portuário (Ferroport) e por outras partes, prevê a transferência de titularidade e propriedade do Operador Portuário para a Anglo Brazil de certos ativos, incluindo materiais e equipamentos, e, enquanto o ativo pertencer a Anglo Brazil, a companhia concederá ao Operador Portuário o direito de operar e manter os ativos. Além disso, o Contrato de Alocação de Ativos rege a propriedade das Instalações Compartilhadas (cavalete de acesso, píer de minério de ferro, quebra-mar, canal de acesso, bacia de torneamento e área de atracação), que são de propriedade conjunta (condomínio para o indiviso) do Açu Petróleo, Operador Portuário e Anglo Brasil devido aos acordos de financiamento estabelecidos no contrato.

A Companhia poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), excluído o minério de ferro. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Companhia deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal.

## 10 Despesas antecipadas

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Seguros	746	735
Custos de transações	426	-
Outros	79	-
	<b>1.251</b>	<b>735</b>

## 11 Imobilizado

A composição do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Reapresentado		Reapresentado	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Quebra Mar - T1	1,67	404.410	(18.924)	385.486	347.049
Pier - T1	1,67	210.985	(11.202)	199.783	204.253
Canal - T1	6,67	560.890	(29.645)	531.245	4.631
Benfeitorias	4	496	(132)	364	281
Instalações	10	732	(151)	581	486
Móveis e utensílios	10	771	(93)	678	464
Equipamentos de informática	20	4.018	(1.755)	2.263	2.371
Máquinas e equipamentos	10	231.277	(54.404)	176.873	168.557
Terrenos		89.818	-	89.818	76.650
		<b>1.503.397</b>	<b>(116.306)</b>	<b>1.387.091</b>	<b>804.742</b>
Adiantamentos para formação de imobilizado		2.081	-	2.081	4.304
Obras em andamento e equipamentos em construção		14.185	-	14.185	481.125
		<b>16.266</b>	<b>-</b>	<b>16.266</b>	<b>485.429</b>
		<b>1.519.663</b>	<b>(116.306)</b>	<b>1.403.357</b>	<b>1.290.171</b>

	Taxa anual de depreciação ponderada %	Reapresentado		Reapresentado	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Quebra Mar - T1	1,67	356.579	(9.530)	347.049	348.789
Pier - T1	1,67	210.108	(5.855)	204.253	211.975
Canal - T1	6,67	5.478	(847)	4.631	22.126
Benfeitorias	4	281	-	281	-
Instalações	10	546	(60)	486	528
Móveis e utensílios	10	500	(36)	464	257
Equipamentos de informática	20	3.139	(768)	2.371	2.503
Máquinas e equipamentos	10	192.588	(24.031)	168.557	155.893
Terrenos		76.650	-	76.650	75.517
		<b>845.869</b>	<b>(41.127)</b>	<b>804.742</b>	<b>817.588</b>
Adiantamentos para formação de imobilizado		4.304	-	4.304	89.397
Obras em andamento e equipamentos em construção		481.125	-	481.125	64.100
		<b>485.429</b>	<b>-</b>	<b>485.429</b>	<b>153.497</b>
		<b>1.331.298</b>	<b>(41.127)</b>	<b>1.290.171</b>	<b>971.085</b>

Todos os ativos imobilizados da Companhia estão localizados no Brasil.

## Movimentação de custo

	<b>2017</b>	<b>Movimentação</b>				<b>2018</b>
	<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transferências (*)</b>	<b>Ajuste de conversão</b>	<b>Custo</b>
Quebra Mar - T1	356.579	-	-	(14.147)	61.978	404.410
Pfer - Terminal portuário - T1	210.108	-	-	(4.289)	5.166	210.985
Canal T1	5.478	166	-	434.578	120.668	560.890
Benfeitoria	281	155	-	-	60	496
Instalações	546	86	-	-	100	732
Móveis e utensílios	500	174	-	-	97	771
Equipamentos de informática	3.139	313	-	-	566	4.018
Máquinas e equipamentos	192.588	3.601	-	1.443	33.645	231.277
Terrenos	76.650	-	-	-	13.168	89.818
	<b>845.869</b>	<b>4.495</b>	<b>-</b>	<b>417.585</b>	<b>235.448</b>	<b>1.503.397</b>
Adiantamentos para formação de imobilizado	4.304	-	-	(2.323)	100	2.081
Obras em andamento e equipamentos em construção	481.125	3.478	-	(466.135)	(4.283)	14.185
	<b>485.429</b>	<b>3.478</b>	<b>-</b>	<b>(468.458)</b>	<b>(4.183)</b>	<b>16.266</b>
	<b>1.331.298</b>	<b>7.973</b>	<b>-</b>	<b>(50.873)</b>	<b>231.265</b>	<b>1.519.663</b>

(\*) Do total de R\$ 50.873, R\$ 36.726 refere-se a crédito de PIS/COFINS reembolsados pela Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. e R\$ 14.147 devolvido devido repasse referente ao ativo Quebra-Mar T1.

	<b>2016</b>	<b>Movimentação</b>				<b>2017</b>
	<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transferências (*)</b>	<b>Ajuste de conversão</b>	<b>Custo</b>
Quebra Mar - T1	351.308	-	-	-	5.271	356.579
Pier - Terminal portuário - T1	213.523	-	-	(6.433)	3.018	210.108
Canal T1	22.286	12	(16.316)	-	(504)	5.478
Benfeitoria	-	269	-	-	12	281
Instalações	538	-	-	-	8	546
Móveis e utensílios	267	216	-	-	17	500
Equipamentos de informática	2.669	413	-	-	57	3.139
Máquinas e equipamentos	160.654	28.084	-	-	3.850	192.588
Terrenos	75.517	-	-	-	1.133	76.650
	<b>826.762</b>	<b>28.994</b>	<b>(16.316)</b>	<b>(6.433)</b>	<b>12.862</b>	<b>845.869</b>
Adiantamentos para formação de imobilizado	89.397	18.819	-	(106.051)	2.139	4.304
Obras em andamento e equipamentos em construção	64.100	299.791	-	106.051	11.183	481.125
	<b>153.497</b>	<b>318.610</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.322</b>	<b>485.429</b>
	<b>980.259</b>	<b>347.604</b>	<b>(16.316)</b>	<b>(6.433)</b>	<b>26.184</b>	<b>1.331.298</b>

(\*) O valor de R\$ 6.433 refere-se a crédito de PIS/COFINS.

## Movimentação da depreciação acumulada

	Reapresentado Depreciação 31/12/2017	Reapresentado Adições	Reapresentado Ajuste de conversão	Reapresentado Depreciação 31/12/2018
Quebra Mar - T1	(9.530)	(6.494)	(2.900)	(18.924)
Pier - Terminal portuário - T1	(5.855)	(3.762)	(1.585)	(11.202)
Canal - T1	(847)	(24.084)	(4.714)	(29.645)
Benfeitorias	-	(130)	(2)	(132)
Instalações	(60)	(70)	(21)	(151)
Móveis e utensílios	(36)	(41)	(16)	(93)
Equipamentos de informática	(768)	(729)	(258)	(1.755)
Máquinas e equipamentos	(24.031)	(10.345)	(20.028)	(54.404)
	<b>(41.127)</b>	<b>(45.655)</b>	<b>(29.524)</b>	<b>(116.306)</b>

	Depreciação 31/12/2016	Reapresentado Adições	Reapresentado Ajuste de conversão	Reapresentado Depreciação 31/12/2017
Quebra Mar - T1	(2.519)	(6.890)	(121)	(9.530)
Pier - Terminal portuário - T1	(1.548)	(4.230)	(77)	(5.855)
Canal - T1	(160)	(636)	(51)	(847)
Benfeitorias	-	-	-	-
Instalações	(10)	(49)	(1)	(60)
Móveis e utensílios	(10)	(30)	4	(36)
Equipamentos de informática	(166)	(586)	(16)	(768)
Máquinas e equipamentos	(4.761)	(10.125)	(9.145)	(24.031)
	<b>(9.174)</b>	<b>(22.546)</b>	<b>(9.407)</b>	<b>(41.127)</b>

## Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

## 12 Intangível

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 31/12/2017	Adições	Ajuste de conversão	Saldo 31/12/2018
<b>Custo</b>					
Direito de acesso	<b>3,54</b>	47.844	-	8.196	56.040
Licença de software	<b>20</b>	1.082	9	176	1.267
Outros		36	-	7	43
		<b>48.962</b>	<b>9</b>	<b>8.379</b>	<b>57.350</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Direito de acesso		(3.370)	(2.060)	(491)	(5.921)
Licença de software		(103)	(71)	(18)	(192)
		<b>(3.473)</b>	<b>(2.131)</b>	<b>(509)</b>	<b>(6.113)</b>
		<b>45.489</b>	<b>(2.122)</b>	<b>7.870</b>	<b>51.237</b>

	<b>Taxa anual de amortização (%)</b>	<b>Saldo</b>	<b>Adições</b>	<b>Ajuste de</b>	<b>Saldo</b>
		<b>31/12/2016</b>		<b>conversão</b>	<b>31/12/2017</b>
<u>Custo</u>					
Direito de acesso	<b>3,54</b>	47.136	-	708	47.844
Licença de software	<b>20</b>	789	278	15	1.082
Outros		-	35	1	36
		<b>47.925</b>	<b>313</b>	<b>724</b>	<b>48.962</b>
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de acesso		(1.662)	(2.060)	352	(3.370)
Licença de software		(10)	(92)	(1)	(103)
		<b>(1.672)</b>	<b>(2.152)</b>	<b>351</b>	<b>(3.473)</b>
		<b>46.253</b>	<b>(1.839)</b>	<b>1.075</b>	<b>45.489</b>

### **Direito de acesso**

O ativo intangível que compreende o “direito de acesso”, conforme mencionado na Nota 3.c, possui vida útil definida de 27 anos e é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A amortização desse intangível teve início em outubro de 2014 com a operação do terminal T1. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo.

### **Redução ao valor recuperável**

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do intangível.

## **13 Fornecedores**

O saldo a pagar a fornecedores de R\$ 5.767 (R\$ 18.958 em 31 de dezembro de 2017) representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Deste modo, esta rubrica contém as obrigações provenientes de serviços, materiais e equipamentos operacionais e administrativos.

## 14 Empréstimos e financiamentos

	2018				2017	
	Vencimento	Taxas em %	Principal	Juros e atualização	Total	Total
DFC	30/10/2035	Dólar + 6,17% a.a.	294.674	3.030	297.704	267.361
DFC	30/10/2035	Dólar + 6,46% a.a.	131.918	1.420	133.339	-
(-) Custo de transação			(31.872)	-	(31.872)	(36.203)
			<b>394.720</b>	<b>4.450</b>	<b>399.171</b>	<b>231.158</b>
Circulante			27.286	4.450	31.736	15.792
Não circulante			367.434	-	367.434	215.366

Em maio de 2017, a Açu Petróleo obteve financiamento no valor de US\$80 milhões junto à U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Em maio de 2018, a Companhia obteve mais US\$35 milhões de financiamento (equivalente à R\$ 130 milhões), totalizando US\$ 115 milhões de liberação, de uma linha de crédito no valor total de até US\$350 milhões, conforme descrito na Nota 1.

O financiamento vencerá em outubro de 2035, com taxa de juros de 6,17% ao ano para o primeiro tranche (US\$80 milhões) e 6,46% ao ano para o segundo tranche (US\$35 milhões), conforme evidenciado na tabela anterior. A dívida é em dólar e possui um cronograma de amortização do principal e de pagamento de juros em parcelas semestrais.

Adicionalmente, a administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos, sobre empréstimos e financiamentos é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos com o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

### Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

#### Empréstimos e financiamentos:

Movimentação do ano	Saldo inicial	Fluxo de caixa			Transferências		Efeito não caixa				Saldo final
		Captação / (Liquidação)	Juros pagos	Adição de custos de transação	Juros capitalizados	Outros	Juros	Variação cambial	Ajuste de conversão	Amortização de custos de transação	
2018	231.158	112.575	(21.312)	(609)	3.188	2.197	19.496	6.610	44.006	1.861	399.170
2017	-	248.833	-	(35.941)	9.192	-	-	-	8.072	1.002	231.158

#### Depósitos vinculados a financiamentos:

Movimentação do ano	Saldo inicial	Fluxo de caixa		Ajuste de conversão	Saldo final
		Aporte			
2018	23.192	15.139		4.880	43.211
2017	-	22.383		809	23.192

**a. Garantias prestadas**

As garantias prestadas em favor da U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com relação ao empréstimo são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açu Petróleo; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açu Petróleo; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “*Offtake*” relevantes da Açu Petróleo. Maiores informações sobre os depósitos vinculados aos empréstimos, podem ser observados na Nota 5.

**b. Cláusulas restritivas (Covenants)**

O financiamento da DFC está sujeito a cláusulas de *covenants* financeiros a partir de 31 de dezembro de 2018, sendo elas:

- a) A relação dívida financeira/patrimônio líquido não superior à 70:30;
- b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Debit Service Cover Ratio - DSCR) histórico não inferior a 1.15. O DSCR é um indicador de saúde financeira utilizado na companhia para monitorar a capacidade de pagamento de dívidas, e é calculado pela divisão entre a geração de caixa operacional líquida de impostos, em face ao total de parcelas a serem amortizadas (total de dívidas correntes); e

Taxa projetada de cobertura do serviço da dívida de pelo menos 1,3 a 1 para (a) desembolso das parcelas 1 e 2, (b) quaisquer reduções de capital, (c) distribuição de dividendos e (d) pagamentos aos acionistas; (iv) um requisito de reserva relacionado às contas de reserva de serviço da dívida e à conta de reserva de tarifa portuária.

**15 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ISS	238	271
ICMS	-	11
IRRF	201	102
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	126	96
INSS terceiros	-	90
PIS/COFINS	646	-
IPTU	221	-
	<u>1.432</u>	<u>570</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.225)	(25.713)
Imposto de renda e contribuição a alíquota nominal	6.537	8.742
<b>Ajustes para derivar a alíquota efetiva:</b>		
Ajustes permanentes à base tributável	(737)	(726)
Efeito da moeda funcional sobre o imobilizado	(74.417)	(9.028)
Efeito da moeda funcional sobre o intangível	(2.921)	(393)
Diferenças entre base de apresentação e fiscal	8.676	3.339
Demais adições e exclusões	114	(2)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do diferido</b>	<b>(62.748)</b>	<b>1.932</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>326%</b>	<b>-8%</b>
IR e CSLL corrente	-	-
IR e CSLL diferido	(62.748)	1.932
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do diferido</b>	<b>(62.748)</b>	<b>1.932</b>

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>%</b>
Prumo Logística	160.225.386	60,00	160.225.386	60,00
Açu Petróleo Investimentos	53.408.462	20,00	53.408.462	20,00
Oiltanking	53.408.462	20,00	53.408.462	20,00
	<u><b>267.042.310</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>267.042.310</b></u>	<u><b>100,00</b></u>

Em dezembro de 2018, a Companhia reduziu seu capital social de R\$349.262 para R\$249.262, representando uma redução efetiva no valor de R\$100.000, em moeda corrente nacional, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia. O objetivo da transação supracitada foi ajustar a estrutura de capital da Companhia a uma estrutura mais adequada e de acordo com os objetivos dos acionistas.

**b. Reserva de capital**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na subscrição de ações. Mediante a deliberação da assembleia de acionistas, os valores podem ser destinados ao aumento de capital social, podendo eventualmente ter outra destinação como compensação de prejuízo ou mesmo distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a reserva de capital é de R\$929.451.

**c. Reserva de lucros**

Com base na regra de compensação, a Companhia absorveu o prejuízo com reserva de lucros de R\$ 25.818 em 2017 e R\$ 76.621 em 2018.

**Reserva legal**

Reserva instituída pela Lei das Sociedades Anônimas e constituída anualmente, em caso de resultados positivos, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício (após a compensação de prejuízos acumulados) e não poderá exceder a 20% do capital social ou 30% no somatório dessa reserva e reservas de capital. Este recurso tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social da companhia e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital.

O saldo então existente, apurado com base no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi compensado integralmente com os prejuízos de 2018.

**d. Distribuição de dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê a destinação do lucro líquido do exercício em caso de resultados positivos, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício (após a compensação de prejuízos acumulados) e não poderá exceder a 20% do capital social ou 30% no somatório da reserva legal e reservas de capital.

Após feitas as devidas destinações das reservas supracitadas, as seguintes deduções serão realizados: (i) a quantia necessária para arcar com as despesas de capital (capital expenditure) e custos relacionados (Operational Expenditure, ou seja, de manutenção para as despesas de capital expenditure) por um período de 90 dias, será destinada à reserva especial para investimentos futuros, (ii) a quantia equivalente em Reais a US\$ 3 milhões, necessária ao pagamento dos custos operacionais (de acordo com as naturezas da nota 19) da Companhia e SG&A (Selling, General & Administrative Expense, ou seja, despesas administrativas gerais de acordo com as naturezas apresentadas da nota 20), será destinada a reserva de capital mínimo.

Além do disposto no Estatuto Social, a Companhia possui as seguintes restrições à distribuição de dividendos previstas no Contrato de Financiamento com a US. International Development Finance Corporation (“DFC”), as quais permanecerão vigentes até o cumprimento integral das obrigações previstas no Contrato de Financiamento:

- A projeção do índice DCSR (Debit Service Cover Ratio - DSCR), conforme mencionado na Nota 14, não seja menor que 1,3 até o vencimento da primeira “tranche” (31 de outubro de 2035).
- Nenhuma inadimplência ou evento de inadimplência conforme definido no Contrato de Financiamento deverá ter ocorrido, continuar ocorrendo, ou ocorrerá como resultado de tal distribuição do dividendo.
- Qualquer valor recebido da Shell pela Companhia que seja superior ao valor devido conforme o annual true-up, determinado no contrato entre as partes, seja devidamente compensado
- Índice histórico de Cobertura do Serviço da Dívida (Debit Service Cover Ratio – DSCR, conforme descrito na nota explicativa 14), não inferior a 1,3.
- Os fundos em depósito vinculados ao contrato de financiamento, são iguais aos requerimentos de reserva da tarifa portuária, conforme podem ser observados nas notas 6 e 14.

Caso existente, 100% do lucro líquido remanescente do exercício, será anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

**e. Ajuste acumulado de conversão**

O montante de ajuste acumulado de conversão refere-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar americano) para a moeda de apresentação (real).

Como os itens do ativo e do passivo são convertidos pela mesma taxa, a taxa corrente, e os itens do patrimônio líquido são inicialmente convertidos por outras taxas (históricas), diferentes da taxa corrente; surgem diferenças resultantes destes dois critérios, que são representadas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão, que compõe os Outros Resultados Abrangentes.

## 17 Receita líquida de serviços

Os contratos da Companhia estão relacionados aos serviços de *double banking transshipment*.

Todos os clientes da Companhia são nacionais.

	2018	2017
Receita de serviços de <i>double banking transshipment</i>	178.294	48.351
Impostos sobre serviços prestados (PIS/COFINS/ISS)	(20.058)	(5.420)
<b>Receita líquida de serviços</b>	<b><u>158.236</u></b>	<b><u>42.931</u></b>

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia na contraprestação pelo trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato e o seu reconhecimento ocorre quando a Companhia transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Em 2017, ocorreu um incidente durante a 19ª operação de “double banking”, entre a Companhia e seu principal cliente, causada por um defeito de fabricação em equipamentos de terceiros. Em decorrência deste incidente, o cliente, não cumpriu sua obrigação no contrato de “take-or-pay”, por não pagar as faturas devidas a partir de junho de 2017, mas em 7 de novembro de 2017 as partes envolvidas assinaram um instrumento de transação, no qual foram resolvidas as pendências técnicas e comerciais relacionadas ao incidente. O acordo estabelece o cancelamento de faturas sob o contrato de “take-or-pay” entre a data do incidente e 31 de outubro de 2017 contra outras obrigações reivindicadas pelo cliente, em decorrência do incidente. Os custos fixos não foram alterados devido à paralisação, superando assim a receita bruta, como pode ser visto na demonstração da operação.

## 18 Custos dos serviços prestados

	<b>Reapresentado 2018</b>	<b>Reapresentado 2017</b>
Custo de pessoal	(127)	(134)
Serviços de terceiros	(5.653)	(5.333)
Vigilância e segurança	(2.063)	(1.706)
Aluguéis e arrendamentos	(1.186)	(2.490)
Depreciações e amortização	(64.290)	(32.294)
Seguros diversos	(2.448)	(1.774)
Serviços portuários	(41.887)	(17.422)
Tributos e taxas	(901)	(239)
Materiais de apoio	(206)	(604)
	<b><u>(118.761)</u></b>	<b><u>(61.996)</u></b>

## 19 Despesas gerais e administrativas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Salários e encargos	(11.283)	(8.788)
Serviços de terceiros	(3.584)	(584)
Aluguéis e arrendamentos	(377)	(169)
Representações e eventos	(106)	(61)
Materiais de consumo	(84)	(102)
Viagens e estadias	(309)	(112)
Licença de software	(239)	(162)
Depreciação e amortização	(1.928)	(122)
Impostos e taxas	(64)	(61)
Outras despesas	(566)	(102)
Custos compartilhados	(2.374)	(2.055)
	<b><u>(20.914)</u></b>	<b><u>(12.318)</u></b>

## 20 Resultado financeiro

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.418	5.297
Juros ativos	1.201	552
Multas e juros	-	198
Variação cambial	22	8.720
	<u>5.641</u>	<u>14.767</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(20.224)	-
Despesas bancárias	(303)	(54)
IOF	(494)	(255)
Multa e juros	(92)	(83)
Comissões e corretagens	(5.495)	(1.977)
Custos sobre empréstimos	(4.452)	(1.478)
Variação cambial	(12.325)	(5.250)
	<u>(43.385)</u>	<u>(9.097)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(37.744)</u></u>	<u><u>5.670</u></u>

## 21 Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico pela inexistência de efeitos potencialmente dilutivos nos períodos apresentados. Também não houve alteração na quantidade de ações em circulação nos exercícios.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(81.973)	(23.781)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação no exercício	<u>267.042.310</u>	<u>267.042.310</u>
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	<u><u>(0,3070)</u></u>	<u><u>(0,0891)</u></u>

## 22 Compromissos assumidos

A Companhia assumiu compromissos de compras futuras no valor de R\$58.702 (R\$69.780 em 31 de dezembro de 2017), que deverão ser cumpridos na continuidade das atividades da Companhia.

Compromissos em 31 de dezembro de 2018:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
<b>Reais</b>							
Administrativo	7.737	2.618	2.250	153	147	1.907	14.812
Comercial	16	-	-	-	-	-	16
Jurídico	1.098	50	14	-	-	-	1.162
Operacional (a)	29.181	3.974	1.315	288	217	3.687	38.662
	<u>38.032</u>	<u>6.642</u>	<u>3.579</u>	<u>441</u>	<u>364</u>	<u>5.594</u>	<u>54.652</u>
<b>Dólar</b>							
Administrativo	986	148	148	148	148	1.775	3.353
Comercial	8	8	8	8	8	94	134
<b>Euro</b>							
Administrativo	563	-	-	-	-	-	563
	<u>1.557</u>	<u>156</u>	<u>156</u>	<u>156</u>	<u>156</u>	<u>1.869</u>	<u>4.050</u>
<b>Total</b>	<u>39.589</u>	<u>6.798</u>	<u>3.735</u>	<u>597</u>	<u>520</u>	<u>7.463</u>	<u>58.702</u>

(a) Dos contratos operacionais, R\$ 6.193, representam compromissos assumidos com a parte relacionada “Ferroport”.

Compromissos em 31 de dezembro de 2017:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
<b>Reais</b>							
Administrativo	3.634	838	149	138	138	1.932	6.829
Comercial	74	-	-	-	-	-	74
Jurídico	739	336	11	11	-	-	1.097
Operacional (a)	53.256	1.485	168	158	158	1.582	56.807
	<u>57.703</u>	<u>2.659</u>	<u>328</u>	<u>307</u>	<u>296</u>	<u>3.514</u>	<u>64.807</u>
<b>Dólar</b>							
Administrativo	1.501	303	116	116	116	1.505	3.657
Comercial	114	-	-	-	-	-	114
<b>Euro</b>							
Administrativo	276	276	-	-	-	-	552
Operacional	136	-	-	-	-	-	136
	<u>2.027</u>	<u>579</u>	<u>116</u>	<u>116</u>	<u>116</u>	<u>1.505</u>	<u>4.459</u>
<b>Total</b>	<u>59.730</u>	<u>3.238</u>	<u>444</u>	<u>423</u>	<u>412</u>	<u>5.019</u>	<u>69.266</u>

(a) Dos contratos operacionais R\$ 31.629, representam compromissos assumidos com a parte relacionada “Ferroport”.

De acordo com os requerimentos de divulgação do IAS 16/CPC 27 - Ativo imobilizado, destaca-se na tabela abaixo os valores de compromissos assumidos referentes a ativos imobilizados:

	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Total</b>
<b>Reais</b>			
Administrativo	1.061	-	1.061
Operacional	14.301	15	14.316
	<u>15.362</u>	<u>15</u>	<u>15.377</u>
	<b>2019</b>	<b>Total</b>	
<b>Euro</b>			
Administrativo	563	563	
	<u>563</u>	<u>563</u>	

Ressalta-se que a tabela de compromissos assumidos já contempla os valores de compromissos assumidos de imobilizado apresentados acima.

## **23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retorno sobre capital no planejamento plurianual.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e as respectivas classificações dos instrumentos financeiros considerando as novas disposições da norma CPC 48/IFRS 9 em comparativo com as classificações da norma antecessora, CPC 38/IAS 39:

	2018			2017	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Classificação
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	53.218	-	-	14.083	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	896	Valor Justo
Depósitos vinculados	43.211	-	-	23.192	Empréstimos e recebíveis
Clientes	34.539	-	-	4.155	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber com partes relacionadas	15.118	-	-	17.543	Empréstimos e recebíveis
Outros ativos circulantes	240	-	-	170	Empréstimos e recebíveis
	<b>146.326</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.039</b>	
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	5.767	-	-	18.958	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	399.170	-	-	231.158	Outros passivos financeiros
Contas a pagar com partes relacionadas	10.041	-	-	15.461	Outros passivos financeiros
Outros passivos circulantes	176	-	-	176	Outros passivos financeiros
	<b>415.154</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>265.753</b>	

### Valor justo

A Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil para as contas de equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, empréstimos e financiamentos de longo e de curto prazo. O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo, conforme seguem as definições.

**Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

**Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

**Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia ressalta que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram observados apenas instrumentos financeiros classificados como Nível 2 e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, apenas para referência, são de R\$ 431.043 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 231.156 em 2017). Esse valor consiste em empréstimo com a U.S. International Development Finance Corporation, e por ser um mercado exclusivo, consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, é considerado como valor justo o valor contábil.

### **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos**

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detinha contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia não identificou exposição relevante em relação à este item, porém, há o gerenciamento de risco de mercado, que consiste em gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

#### ***Risco de crédito***

A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ela considera serem capazes de prever o risco de perda e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistente com as definições de classificação de crédito externas.

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição de risco de crédito em ativos financeiros podem ser observadas na nota explicativa 3.g.

Abaixo estão relacionados os instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:

<b>Ativos financeiros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	53.218	14.083
Títulos e valores mobiliários	-	896
Depósitos vinculados	43.211	23.192
Clientes	34.539	4.155
Outras contas a receber com partes relacionadas	15.118	17.543
Outros ativos circulantes	97	27

Os valores de perda de crédito esperado referente aos instrumentos financeiros supracitados, podem ser observados nas Notas 4, 5 e 6.

O risco de crédito nos recebíveis geralmente não é diversificado devido ao número limitado de clientes com os quais a Companhia trabalha. Devido às operações da Companhia, a concentração das receitas também é variável na data de cada balanço. A tabela a seguir representa uma composição das concentrações em relação ao total da receita na data de cada balanço:

<b>Percentual da receita:</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Shell	77%	93%
Galp	23%	7%

### ***Risco cambial***

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Nesse sentido, o endividamento refere-se ao empréstimo, em dólares norte-americanos refere-se ao empréstimo com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC). O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem das operações da Companhia, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação norte-americano PPI e pelo IPCA. Parte dos resultados operacionais estão suscetíveis ao risco de variação cambial. Tendo em vista que os passivos estão em Real e a moeda funcional da Companhia é Dólar. A apreciação do real frente ao dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Açu Petróleo. Com relação ao endividamento, a administração da Companhia entende que o fato de o serviço da dívida e a receita da Açu Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Como a moeda funcional da Açu Petróleo é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o Real, uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Dólar norte-americano teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado da Companhia.

Esta análise de risco para a flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia, considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

### ***Risco de liquidez***

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos e excluem o impacto dos acordos de compensação:

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>De 6 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	5.767	-	-	-	-	5.767
Empréstimos e financiamentos	31.302	26.425	53.916	157.809	341.251	610.704
Contas a pagar com partes relacionadas	10.041	-	-	-	-	10.041
Outros passivos circulantes	-	176	-	-	-	176
<b>Total por faixa de vencimento</b>	<b><u>47.110</u></b>	<b><u>26.601</u></b>	<b><u>53.916</u></b>	<b><u>157.809</u></b>	<b><u>341.251</u></b>	<b><u>626.688</u></b>

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>De 6 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	18.958	-	-	-	-	18.958
Empréstimos e financiamentos	22.798	22.394	46.162	132.421	285.772	509.548
Contas a pagar com partes relacionadas	-	15.461	-	-	-	15.461
Outros passivos circulantes	-	176	-	-	-	176
<b>Total por faixa de vencimento</b>	<b><u>41.756</u></b>	<b><u>38.031</u></b>	<b><u>46.162</u></b>	<b><u>132.421</u></b>	<b><u>285.772</u></b>	<b><u>544.143</u></b>

### **Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros**

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, conforme abaixo. Como a moeda funcional da Companhia é o dólar, esta exposição se dá nesta moeda funcional, sendo os valores expostos em reais da tabela abaixo se tratam dos valores em dólares reconvertidos para a moeda de de apresentação.

(em milhares, nas moedas indicadas)	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2018 – R\$	Cenário provável (i)	Cenário +25% (ii)	Cenário +50% (iii)	Cenário -25% (iv)	Cenário -50% (v)
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	R\$	53.218	US\$ (754) R\$ (3.091)	US\$ (2.746) R\$ (13.300)	US\$ (4.578) R\$ (26.608)	US\$ 4.579 R\$ 13.307	US\$ 13.735 R\$ 26.610
Clientes	R\$	34.539	US\$ (490) R\$ (2.009)	US\$ (1.783) R\$ (8.636)	US\$ (2.971) R\$ (17.268)	US\$ 2.971 R\$ 8.634	US\$ 8.914 R\$ 17.270
Contas a receber com partes relacionadas	R\$	15.118	US\$ (215) R\$ (882)	US\$ (781) R\$ (3.783)	US\$ (1.301) R\$ (7.562)	US\$ 1.300 R\$ 3.778	US\$ 3.901 R\$ 7.558
Outros ativos	R\$	240	US\$ (2) R\$ (8)	US\$ (11) R\$ (53)	US\$ (20) R\$ (116)	US\$ 22 R\$ 64	US\$ 63 R\$ 122
<b>Total</b>		<b>87.997</b>	<b>US\$ (1.246) R\$ (5.108)</b>	<b>US\$ (4.540) R\$ (21.989)</b>	<b>US\$ (7.569) R\$ (43.992)</b>	<b>US\$ 7.572 R\$ 22.005</b>	<b>US\$ 22.712 R\$ 44.002</b>
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	R\$	5.767	US\$ (81) R\$ (332)	US\$ (297) R\$ (1.439)	US\$ (496) R\$ (2.883)	US\$ 496 R\$ 1.441	US\$ 1.489 R\$ 2.885
Contas a pagar com partes relacionadas	R\$	10.041	US\$ (142) R\$ (582)	US\$ (518) R\$ (2.509)	US\$ (863) R\$ (5.016)	US\$ 864 R\$ 2.511	US\$ 2.592 R\$ 5.022
Outros passivos	R\$	176	US\$ (2) R\$ (8)	US\$ (9) R\$ (44)	US\$ (15) R\$ (87)	US\$ 16 R\$ 46	US\$ 46 R\$ 89
<b>Total</b>		<b>15.984</b>	<b>US\$ (225) R\$ (922)</b>	<b>US\$ (824) R\$ (3.992)</b>	<b>US\$ (1.374) R\$ (7.986)</b>	<b>US\$ 1.376 R\$ 3.998</b>	<b>US\$ 4.127 R\$ 7.996</b>
<b>Exposição líquida</b>		<b>72.013</b>	<b>US\$ (1.021) R\$ (4.186)</b>	<b>US\$ (3.716) R\$ (17.997)</b>	<b>US\$ (6.195) R\$ (36.006)</b>	<b>US\$ 6.196 R\$ 18.007</b>	<b>US\$ 18.585 R\$ 36.006</b>
Premissas adotadas:							
Cotação do dólar americano		3,8748	4,1000	4,8435	5,8122	2,9061	1,9374

- (i) O cenário provável considera a expectativa da Companhia da cotação do dólar americano para 31 de dezembro de 2019, utilizada nas suas projeções de resultados.
- (ii) Aumento de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2018.
- (iii) Aumento de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2018.
- (iv) Diminuição de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2018.
- (v) Diminuição de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2018.

## **24 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratação de seguros para seus ativos, lucros cessantes e riscos de possíveis danos causados a terceiros em decorrência de suas operações, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as coberturas de seguros são as seguintes:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Riscos operacionais</b>		
Danos materiais	346.434	340.999
Responsabilidade Civil	651.641	616.241
Lucros Cessantes	160.304	82.730
Risco de dano ao meio ambiente.	162.908	154.060

## **25 Eventos subsequentes**

### **COVID-19 e impactos para a Açu Petróleo S.A.**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus (COVID-19) se caracteriza como uma pandemia. As decisões desencadeadas aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia a implementação de medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de um Comitê de Crises
- Reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- Implementação de *home office* para colaboradores dos escritórios sempre que possível;
- No porto, nenhum navio é autorizado pela agência reguladora do Ministério da Saúde a atracar até que o relatório do comandante sobre as condições sanitárias da embarcação e tripulação seja aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Considerando a situação atual da disseminação do surto e, em consonância com as orientações publicadas no alerta do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 09 de março de 2020, e no Ofício-Circular n.º 02/2020 da CVM sobre os efeitos do coronavírus nas Demonstrações Financeiras, a Companhia procedeu análise de risco para identificar eventuais impactos do COVID-19 sobre estas demonstrações financeiras.

No cenário atual, não houve quebras contratuais e interrupções nas operações à medida que a empresa realiza uma atividade considerada essencial. Da mesma forma, a Açu Petróleo não sofreu interrupções na cadeia de suprimentos, pois seus fornecedores e clientes também prestam serviços essenciais e continuaram a operar; a empresa não recebeu avisos deles alegando força maior ou alterações nos termos dos contratos de serviços de “double-banking” existentes. A empresa não prevê a incapacidade de pagar aos credores em datas de vencimento ou incapacidade de cumprir os termos contratuais do empréstimo com a DFC.

A Açu Petróleo não teve um número significativo de funcionários diagnosticados com COVID-19 e trabalhar remotamente não impactou significativamente as operações, incluindo o uso de sistemas de relatórios financeiros, nem impactou significativamente o ambiente de controle interno. Nós não incorremos, e no futuro não esperamos incorrer em despesas significativas relacionadas à continuidade dos negócios

A extensão em que a COVID-19 pode impactar as operações, liquidez, condição financeira e resultados das operações dependerá de desenvolvimentos futuros e inúmeros fatores em evolução que não podem ser previstos, incluindo, mas não se limitando, a duração e a disseminação da pandemia, incluindo uma "segunda onda" de infecção, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, e a duração, tempo e gravidade do impacto nos mercados financeiros globais, na indústria de petróleo e gás em todo o mundo e na condição da economia brasileira. As empresas são incapazes de prever razoavelmente quando, ou até que ponto, a demanda por produtos à base de petróleo e os mercados globais e a economia global se estabilizarão, e o ritmo de qualquer recuperação subsequente para a indústria de petróleo e gás

### **Reestruturação de capital**

Em 2019, a Companhia reduziu seu capital social de R\$ 249.262 para R\$ 199.262, representando uma redução efetiva no valor de R\$ 50.000, em moeda corrente nacional, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 8 de maio de 2020, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$ 900.000, com utilização de saldo da reserva de capital, com emissão de novas ações e mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 31 de julho de 2020, os acionistas da Companhia decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$ 511.000. A ata da assembleia geral foi publicada em 31 de julho de 2020, e a redução ocorreu no mesmo dia, reduzindo assim o capital social da Companhia de R\$ 1.099.262 em 30 de junho de 2020, para R\$ 588.262 em 31 de julho de 2020.

O objetivo das transações supracitadas foi de ajustar a estrutura de capital da Companhia a uma estrutura mais adequada e de acordo com os objetivos dos acionistas.

### **Acordo de arbitragem com a Shell**

Em 2017, a Açu Petróleo entrou com uma ação arbitral contra a Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell"), no âmbito de uma disputa contratual que havia surgido entre as partes no âmbito do contrato de serviços de transferência de petróleo, envolvendo a implantação de operações de transbordo com embarcações VLCC. Durante o processo de arbitragem, a Shell continuou a operar regularmente no terminal petrolífero da Açu Petróleo com embarcações Suezmax, de acordo com os termos e condições do contrato. Em maio de 2020, as partes chegaram a um acordo para encerrar a disputa e encerrar definitivamente a arbitragem, o que permitiu à Shell iniciar as operações da VLCC no terminal. A conclusão do processo arbitral não gerou direitos ou obrigações adicionais para a Açu Petróleo S.A

### **Início de operação noturna em junho de 2020**

Em 15 de junho de de 2020 a Companhia realizou sua primeira manobra de entrada noturna com navios de petróleo, a manobra realizada foi de um navio Suezmax, aumentando ainda mais a disponibilidade do terminal da Companhia.

### **Captação de financiamento**

Em junho de 2020, a Companhia obteve a liberação de US\$ 145 milhões de sua linha de crédito com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com vencimento em outubro de 2035 e taxa de juros de 4,62% ao ano, a serem pagos em parcelas semestrais. Com essa nova captação, a Companhia totalizou US\$ 260 milhões de saque do valor de até US\$ 350 milhões. Esta linha de crédito tem o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

## **Composição do Conselho de Administração**

Carlos Tadeu da Costa Fraga  
**Presidente**

Flavio Bernardo Luna do Valle  
**Conselheiro efetivo**

Eugenio Leite de Figueiredo  
**Conselheiro efetivo**

Eduardo Quartarone Campos  
**Conselheiro efetivo**

Holger Cristian Donath  
**Conselheiro efetivo**

Henrique Gonzalez Garcia Filho  
**Conselheiro Suplente**

Dario Di Luca  
**Conselheiro Suplente**

## **Composição da Diretoria**

Victor Jorge Snabaitis Bomfim  
**Diretor Presidente**

Nicholas John Burridge  
**Diretor financeiro**

Eduardo Pereira Goulart  
**Diretor Comercial**

Alfredo Nilton Lafuente Covarrubias  
**Diretor de Engenharia, Manutenção e Operação**

Mariana Begossi  
**Gerente de Controladoria**  
**Contador CRC RJ 094602/O**